



Conselho Municipal do Idoso

MUNICIPAL Nº. 791/91, REVOGADA PELA LEI 2.498/07,
ALTERADA PELAS LEIS 2.584/08 E 2.692/10
ORGÃO DE DEFESA DO IDOSO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, CONVOCADA PARA O DIA DEZESSEIS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA CASA DOS CONSELHOS.

Aos dezesseis dias do mês de julho no ano de dois mil e treze, na Casa dos Conselhos à Av. Rei Alberto I nº 119, no bairro da Ponta da Praia, em Santos/SP, às 9 horas e 30 minutos, em segunda chamada com a participação dos conselheiros para de acordo com o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da cidade de Santos/SP dia 13.07.13 para deliberar a seguinte ordem do dia: **Item 1 – Apreciação e deliberação da ata da Assembléia Geral Ordinária de 11 de junho de dois mil e treze. Item 2 – Apresentação de parecer jurídico sobre a minuta da Resolução Normativa aprovada na Assembléia Geral Ordinária de 14 de maio p. passado que dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção e apresentação pelas Instituições de Longa Permanência no atendimento à pessoa idosa. Item 3 – Apreciação e deliberação referente à IX Conferência Municipal do Idoso. Item 4 – Informes da Diretoria. Item 5 – Informes das Câmaras setoriais e Grupos de trabalho. Item 6 – Assuntos Gerais.** A Sra. Rosa cumprimenta a todos e inicia a assembleia em segunda chamada. Fala sobre a mudança do CMI para a casa de nº 119, que na quinta-feira foram cientificados da mudança e que na segunda-feira ocorreu a ida para nova casa, para a sala que fica no 1º andar . Convidou os conselheiros a estarem visitando as novas instalações. Comentou sobre a adequação ao novo espaço e que a situação da mudança comprometeu o envio da correspondência e da ata da última assembleia. **Item 1** - Informou que a ata foi enviada por e-mail. Perguntou se haviam alterações a serem feitas e não houve manifestação. A Sra. Cleusa informou não tê-la recebido pelos Correios, o qual foi informado pela presidente que o documento foi enviado por e-mail. A conselheira afirmou também não ter recebido por e-mail. A Sra. Rosa solicitou para Sra. Luciana que verificasse na lista de e-mails o registro do envio para a conselheira. A Sra. Rosa informou que os itens deveriam passar por votação e solicitou consulta ao Regimento Interno. Para o quorum necessário expressou sua preocupação pela falta de preenchimento de vagas em alguns segmentos representativos. Solicitou a lista de presença para efeito de votação. O conselheiro Sr. Paulo Machado lembrou que o CMI possui 39 conselheiros, no entanto, existem vagas de segmentos que ainda não estavam preenchidas e perguntou quais seriam

39 essas vacâncias. A Sra. Rosa pediu para a Sra. Flávia a leitura dessas vagas. Após as
40 dúvidas sanadas pelos chegou-se a conclusão que há 35 conselheiros ativos, onde a
41 Sra. Rosa informou que todos os conselheiros votantes titulares e na ausência deles,
42 os suplentes, votassem levantando a mão. A conselheira Sra. Flávia Valentino
43 procedeu com a contagem chegando ao número de 14 conselheiros incluindo a
44 presidente. Foi informado pelo conselheiro Sr. Paulo Machado que deveria haver um
45 quórum de no mínimo 18 conselheiros. Houve a dúvida quanto ao número de
46 quórum, onde alguns informaram que talvez devessem estar presentes ao menos 20
47 conselheiros, num total de 50%. O conselheiro Sr. Edison informou que as vagas em
48 branco da Pastoral, Universidade e a População Idosa, teriam cada um, uma vaga a
49 ser preenchida, com a informação de que haveria um total de 36 conselheiros, da
50 matemática dos números para efeito de haver o quórum, 50% de 36 mais 1, daria 19
51 conselheiros votantes, chegou-se a conclusão que não poderia ser deliberado a
52 ação. Sendo assim o conselheiro sugeriu a convocação de uma Assembléia Geral
53 Extraordinária onde a pauta seria da importância do comparecimento dos
54 conselheiros para tratar das deliberações. Em seguida a presidente apresentou a Dra.
55 Adriana Jandelli. Explicou que ela irá ajudar o Conselho na assessoria jurídica, na
56 interpretação jurídica dos pareceres, que os conselheiros sentiam a necessidade
57 dessa assessoria. Em seguida a presidente convidou a Dra. Adriana para apresentar-
58 se à plenária, a respeito de sua vinda para o CMI. A Dra. Adriana apresentou-se
59 citando sobre a migração do CMI para lotação no Gabinete do Prefeito, onde
60 informou ser funcionária da Casa dos Conselhos, informou que já trabalha no
61 Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) há 17 anos, tendo
62 bastante experiência nesse trabalho, e que também dá assistência jurídica às
63 comissões no CMDCA, COMAD e agora para o CMI. Explicou que a Sra. Rosa solicitou
64 parecer sobre a minuta de adoção dos procedimentos das ILPIS e que com relação as
65 três entidades com falta de representantes em seus segmentos, o CMI precisava
66 incluir no quórum essas 3 entidades sem representação, pois o Conselho é um órgão
67 paritário e que a não inclusão dessas vagas no quórum, o CMI poderia vir a sofrer
68 algum tipo de problema em suas deliberações, onde o CMI poderia vir a perder força
69 representativa, no sentido de deliberar suas ações paritárias. Aconselhou aos
70 conselheiros buscarem com certa rapidez, a complementação das vagas deixadas por
71 estas 3 entidades, a fim de alcançar o quórum necessário para proceder com as
72 votações. Exemplificou que em caso ocorrido no CMDCA, onde por falta de
73 representatividade de entidades a assembleia teve de ser cancelada. Aconselhou a

74 providência para que o CMI possa exercer a cobrança de suas deliberações junto aos
75 órgãos públicos. A presidente falou a respeito de quando o CMI procedeu com a
76 publicação dos editais de chamada que não compareceram nem mesmo com a
77 insistência dessas chamadas, de como deveria o Conselho resolver o problema das
78 vacâncias de forma resolutiva. A Dra. Adriana informou que a exemplo do que já
79 ocorreu no CMDCA, o CMI deverá rever na ocasião da eleição dos novos
80 representantes a situação da continuidade desses representantes. Exemplificou que
81 o CMI poderia buscar a solução do preenchimento dessas vacâncias criando
82 instrumental onde as entidades se inscreveriam para ocupar vagas remanescentes,
83 até que o quadro fosse concluído. Instruiu que essa prática deveria constar na
84 Resolução Normativa, no qual a sociedade terá aprovado esse procedimento, e dessa
85 forma a sociedade civil sempre poderá garantir seus representantes civis, entretanto
86 explicou que no caso do CMI não proceder da forma que foi exemplificada, o CMI
87 ainda poderá reavaliar esses segmentos entre os próprios conselheiros com a
88 mudança da lei, na busca de soluções para o problema. O conselheiro Sr. Edison
89 falou que em seu entender o Regimento Interno também teria que ser reavaliado,
90 no sentido das Convocações, pelo qual, constasse no Regimento Interno, uma
91 primeira e segunda convocações para as assembleias, onde na primeira convocação
92 havendo a participação de 50% mais 1, e na segunda convocação não havendo a
93 obrigatoriedade de haver esse percentual. A Dra. Adriana informou que essa prática
94 já existe no CMDCA, mas que em relação ao CMI, ainda assim, o Conselho ainda teria
95 que enfrentar o problema da falta de conselheiros para as vagas que compõe o
96 Conselho. A presidente lembrou que o Conselho possui 78 membros, sendo que 39
97 são titulares e 39 são suplentes, e que será necessário que o Colegiado faça a
98 reflexão cuidadosa sobre essas questões, se de fato essa composição atende à
99 necessidade do Conselho para buscar o enfrentamento do problema de uma forma
100 moderna e satisfatória. A Sra. Rosana endossou a fala da presidente, falando da
101 importância dessa reflexão por parte do CMI, citando que o ano de 2013 é um ano de
102 Conferência e de eleição dos novos representantes e deve se trabalhar para evitar de
103 eleger representantes que não representem de fato seus segmentos, ressaltando
104 que essa temática deverá ser prioridade a ser solucionada pelo CMI. A presidente
105 concordou com a explanação da Sra. Rosana e explicou que os conselheiros
106 representantes do poder público precisam assumir o seu lugar no conselho, que a
107 seu ver estão ausentes em muitos momentos nas reuniões, sendo um conjunto de
108 fatos, que precisam ser revistos. Lembrou aos conselheiros que a falta de quórum

109 para deliberação prejudica o Conselho em suas ações, quando os assuntos
110 importantes ficam pendentes. Os conselheiros Srs. Edison e Paulo Machado
111 sugeriram a continuidade da assembleia sem deliberações. Ficou decidido em
112 consenso que deverá ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para tratar
113 dos itens 2 e 3 da pauta e a assembleia prosseguiria sem deliberações. **Item 2-** A Sra.
114 Rosa fala sobre a minuta da resolução normativa aprovada na assembleia de maio.
115 Essa minuta dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção e apresentação pelas
116 instituições de longa permanência de procedimentos no atendimento à pessoa idosa.
117 Consultou o regimento e observou que não havia prazo para publicação e pela dúvida
118 na redação, sem questionamento ao mérito, preocupada, pois todos os conselheiros
119 respondem num prazo de cinco anos pelas deliberações, encaminhou para a Dra.
120 Adriana solicitando parecer. Leu ofício encaminhado pelos conselheiros Sr. Edison,
121 Sra. Cida e Sra. Eliza solicitando informação pela não publicação. A seguir, convidou a
122 Dra. Adriana para falar sobre seu parecer. Dra. Adriana explicou que numa resolução
123 normativa não deve haver espaço para questionamentos futuros e que sua
124 consideração não era com relação ao mérito, mas a forma da redação que não
125 atendia a técnica legislativa, faltando clareza para os destinatários. Entendia a
126 dificuldade dos conselheiros de trabalharem sem auxílio técnico. O texto precisa ser
127 melhorado e fez sugestões para firmar normas melhores que não fossem anuladas
128 no futuro. Sugeriu que as próximas minutas fossem encaminhadas para sua
129 apreciação, ajudando nessa construção, construindo uma rotina de discussão entre o
130 técnico e o jurídico. Disse que o poder público tem de garantir o apoio técnico. A
131 conselheira Sra. Cida pediu ajuda para análise dos contratos de prestação de serviços
132 das entidades o que foi prontamente aceito pela Dra. Adriana. O grupo agendará
133 reunião para tratar do aprimoramento dessa minuta. **Item 3-** A presidente informou
134 a título de apreciação que a Sra. Flávia Valentino esteve recentemente em Brasília, a
135 fim de ter uma conversa com a Coordenadora Nacional do Conselho de Direitos do
136 Idoso. A Sra. Flávia informou que conversou com a Dra. Ana Lúcia e esta informou
137 que o CNDI havia feito uma reunião no dia 27.06, p.passado, onde entre os itens de
138 pauta falou-se a respeito da 4ª Conferência e do Encontro Nacional de Conselhos,
139 onde a Dra. Ana Lúcia informou que neste ano não haverá a Conferência Nacional do
140 Idoso, e que ela ocorrerá no período entre o final de 2014 a abril de 2015. Informou
141 que os municípios poderão optar em realizarem Seminários ou Encontros Municipais,
142 onde se dá o empoderamento dos representantes dos Conselhos e aonde se pede
143 que se reúnam os ofícios que foram enviados para cada Secretário com os Eixos que

144 foram aprovados na Conferência e que seja solicitado um retorno disto. Fazendo
145 esses encontros ou fóruns os conselhos municipais estarão credenciados para
146 participar do Encontro Nacional de Conselhos. A respeito do Conselho Estadual,
147 referiu-se a Sra. Marly que informou, que se as conferências se dão em nível
148 estadual, nacional com tema único, ela não vê como serem realizadas isoladamente
149 as Conferências Municipais. A Sra. Rosa informou que esta não foi a primeira
150 consulta ao Conselho Estadual e que vem informando ao colegiado sobre esses
151 pareceres. A Dra. Adriana assumiu a palavra para informar que a exemplo do
152 CMDCA, foi coordenadora de duas Conferências do CMDCA e que após foi feita uma
153 avaliação do que foi acordado entre os participantes e que o volume de trabalho foi
154 bastante grande para serem realizados por cerca de dois anos, e que após 1 ano de
155 execução das atividades, já está sendo pensado em realizar uma nova Conferência
156 para tratar de novos assuntos, a exemplo do CONANDA, em seu modo de ver, esta
157 prática acaba estendendo-se para os demais Conselhos. Disse que o CMI ao realizar
158 um Encontro poderia aproveitar esse momento para fazer essa avaliação dos
159 trabalhos a serem realizados, disse que o ideal seria rever a organização da
160 conferência, no tocante ao período de sua realização, disse que o mais conveniente
161 seria realizá-las num período de três e quatro anos, a fim de que se possa realizar
162 toda a demanda de trabalho extraída a cada Conferência ou Encontro e atingir as
163 metas. Disse que o advento da eleição de novos componentes do Conselho pode
164 estar em separado às Conferências. A presidente questionou a Dra. Adriana sobre a
165 lei que rege o CMI que instrui que as Conferências devem ser realizadas a cada dois
166 anos. A Dra. Adriana explicou que se trata de lei, no entanto, o CMI poderá
167 encaminhar um documento à Câmara Municipal, dizendo que tendo em vista que a
168 política municipal segue uma estrutura que tem interligação com lei estadual e
169 federal, e que em todas as demandas que vem de uma política nacional, o CMI
170 colocaria neste projeto de lei que irá ser convocada às Conferências Municipais
171 quando houver deliberação feita pelo Governo Federal, ou seja, esse seria o
172 dispositivo usado para conseguir alterar a lei já existente e não ter descompasso.
173 Informou da importância do CMI passar a seguir um Cronograma estabelecido pelas
174 Políticas Nacionais, pois é uma política integral e única, ou seja, Federal, Estadual e
175 Municipal. Disse que o biênio já faz parte do passado e que o CMI precisa se
176 modernizar, pois em nível dos gastos financeiros com a Conferência, tornou-se algo
177 improdutivo no modo de ver do Governo, e que se for feita de 3 ou 4 anos, as
178 avaliações serão mais de acordo com a visão satisfatória da administração pública.

179 Disse que o papel do CMI durante este período de 3 ou 4 anos seria de cumprir em
180 conjunto com o poder público o que foi deliberado, ao invés do CMI gastar tempo
181 com questões que não irão sair da parte teórica, e não iriam “ sair do papel.”A seguir
182 o conselheiro Sr. Paulo Henrique questionou de como ficaria o processo eletivo no
183 caso da sociedade civil, sendo que esses representantes são tirados das pré-
184 conferências, realizadas a cada dois anos, de como ficaria o chamado em relação a
185 sociedade. A Dra. Adriana aconselhou que em virtude de haver esse ano reuniões de
186 avaliação, também houvessem encontros regionalizados, de onde seriam tirados os
187 delegados, onde não só seriam discutidas as políticas públicas, como feitas avaliações
188 das políticas públicas do idoso, a fim de promover um controle social onde o
189 Conselho terá que ajustar esse mandato a essa nova realidade. Explicou que como
190 ainda não se sabe o que o Conselho Nacional irá resolver em relação a nova política
191 o CMI poderá estabelecer uma regra para definir o processo eletivo de 2 em 2 ou 3
192 em 3 anos, num pensamento que irá independe da realização ou não da
193 Conferência.Em resposta a esta declaração da Dra. Adriana a presidenta convidou se
194 mais alguém que quisesse se colocar, onde o colaborador Sr. Marcos expressou em
195 sua fala a preocupação sobre se os entes federativos compostos da União, Estado e
196 Município, onde o Conselho Nacional querer normatizar, fazendo os 3 entes
197 federativos juntos, e questionou qual seria a ferramenta usada e qual instrumento
198 legal, e se o CMI ficaria dependendo de decisões do Conselho Nacional, porque o
199 Conselho Nacional tem essa visão e se o próximo Conselho não tiver a mesma visão,
200 de como ficariam as garantias políticas junto a posição do Conselho Nacional. A Dra.
201 Adriana explicou que o CMI tem que estar embasado na Lei, mudando a lei municipal
202 onde será convocada a Conferência Municipal quando for chamado pelo Conselho
203 Nacional, e citou o exemplo em ocorrer de 3 em 3 anos. Aconselhou ao CMI, redigir
204 uma norma a ser encaminhadaa Câmara Municipal que diga que as Conferências
205 serão realizadas, conforme a convocação do Conselho Nacional e haverá a
206 convocação de 3 em 3 anos, porque o CMI terá que adaptar-se a nova realidade da
207 política vigente. Em seguida a presidenta do CMI, questionou que se para a
208 realização de qualquer ato, Conferência, Encontro, seria necessário agora mudar a
209 Lei. A Dra. Adriana sugeriu que o CMI repensasse a respeito, da eleição, e que deveria
210 haver praticidade, na criação de uma norma que se adapte a esses mandatos e criar
211 um evento específico para a realização da eleição. Definiu como improdutivo a
212 vinculação da Conferência com a eleição, explicou ser improdutivo porque definiu ser
213 mais “saudável” a organização da eleição do que mesclar com pré-conferências, onde

214 deve-se eleger também os delegados. Disse que a tendência do Governo Federal é
215 agir de forma morosa, onde não seria aconselhável que o CMI trabalhasse frente ao
216 processo eletivo sem uma norma que o tipifique, disse que o CMI terá de organizar-
217 se para evitar algum tipo de confusão, como por exemplo, mandatos virem a ser
218 prorrogados indevidamente. Informou que a exemplo de outros conselhos do
219 CMDCA, CMAS, já estão desvinculando o processo eletivo das conferências. O
220 conselheiro Sr Paulo Machado informou que saiu uma decisão pensada nas reuniões
221 de Câmaras Setoriais do CMI, em realizar-se uma Conferência eleitoral e disse que
222 para o futuro estabelecer que os mandatos do CMI sejam de 3 em 3 anos, explicou
223 que nessa Conferência eleitoral as entidades serão chamadas para participar, onde a
224 partir desta eleição o mandato do CMI seria mudado, mas ainda faltaria a lei que o
225 regulamente. O Conselheiro Sr. Edison, completou que essa proposta terá que ser
226 pauta de uma AGO, disse que a tendência do Conselho Estadual e Federal também
227 será de 3 em 3 anos, embora ainda não exista a Resolução Normativa. O conselheiro
228 Sr. Edison disse que a AGO será soberana para decidir se os mandatos terão 3 ou 4
229 anos. A Conselheira Sra. Flávia Valentino avisou da importância de arrumar
230 primeiramente a Composição do Conselho, antes de ocorrer a Conferência, e
231 exemplificou a Casa Dia que estará em situação vacante diante da Composição do
232 Conselho. O Conselheiro Sr. Edison explicou que outras ILPI's, funcionam como Casa
233 Dia e que não só a Mãezinha Joana como outras ILPI's com esse perfil poderão
234 ocupar a vaga onde essas ILPI's poderão ser chamadas para essa finalidade, visando o
235 preenchimento desse espaço. A conselheira Sra. Flávia Valentino orientou que
236 deveria ser consultada a legislação que especifica o que é uma ILPI com perfil de Casa
237 Dia para não incorrer em erro de tipificar uma ILPI de forma errônea para
238 composição do Conselho. A Dra. Adriana aconselhou o CMI a flexibilizar as ações na
239 formação de sua composição principalmente em se tratando do segmento da
240 Sociedade Civil, pois disse que a exemplo de outros Conselhos, a seleção rígida
241 dessas ILPI's poderia gerar esvaziamento das Assembléias e desinteresse desses
242 representantes. Aconselhou o CMI a flexibilizar incluindo mais entidades para o
243 mesmo segmento ainda que não possuam a tipificação exigida, disse que a tendência
244 de mudanças na postura do Governo e Sociedade em relação à demanda pode se
245 alterar em 5 anos, sendo necessário que o CMI acompanhe essas mudanças. O
246 conselheiro Sr. Paulo Henrique explicou para os demais que a seu ver a Dra. Adriana
247 explanou o problema com muita propriedade e esclareceu que o que ela queria dizer
248 com isso, é que o CMI terá de ampliar o olhar de forma que seja feita a nova

249 composição, no entanto o conselho continuaria respeitando a composição, pois o
250 objetivo é proporcionar opções de preenchimento das vagas e evitar o esvaziamento
251 do conselho. Em seguida a presidente perguntou ao Conselheiro Sr. Paulo Henrique,
252 a respeito do Encontro Santista. O Conselheiro informou que já fez alguns contatos
253 visando apoio financeiro e que já entrou em contato com o SESC, que informou que
254 estará em reforma, mas será na parte do Ginásio, ficando o teatro disponível para a
255 utilização, mas que ainda não foi fechado e que também está conversando com mais
256 dois contatos visando o apoio para o lanche e o material de divulgação a ser
257 oferecido no Encontro. A Sra. Presidente falou que o Encontro Santista também seria
258 uma oportunidade para convidar a sociedade para participar do conselho. Segundo
259 Dra. Adriana mudar a lei implica muita discussão e tempo. Citou o projeto de lei do
260 CMI para migração para o Gabinete e que foi feito por ela em maio p. passado. Falou
261 que o projeto de lei deve ser elaborado sim, mas para aprovação futura. A Sra. Rosa
262 falou que conforme informação o Conselho estará no gabinete do prefeito em
263 setembro ou outubro próximos. O Sr. Paulo Machado voltou a falar que embora com
264 vacância o CMI é um conselho muito atuante. A Sra. Regina falou que quando se
265 participa de um conselho é necessário participar nas assembleias e reuniões das
266 câmaras setoriais. Sr. Edison falou que, enquanto coordenador da Câmara de
267 Legislação está trabalhando na alteração da composição do CMI. A conselheira Sra.
268 Flávia Valentino falou que o conselho por ser laico, não deve ter apenas uma
269 representatividade de uma única religião e sim abrir este segmento à todas as
270 religiões e cultos que queiram participar. A conselheira Sra. Angela falou da pouca
271 participação das universidades. A Sra. Regina Freire expressou sua indignação pelas
272 ausências de conselheiros. A presidente explicou que com a assessoria da Dra.
273 Adriana, haveremos de discutir sobre os vários assuntos expostos e que o Conselho
274 terá de se organizar diante do grande volume de informações. **Item 4** - A presidente
275 informou que pediu que fosse feito um levantamento das presenças dos
276 representantes do poder público às reuniões do Conselho e que esse documento
277 será encaminhado ao Sr. Prefeito. A Sra. Cida falou que pelas ausências alguns se
278 desdobram em duas câmaras ou grupos. A Dra. Adriana explicou que o Conselho tem
279 que se esmerar em formar uma composição do Conselho com componentes
280 qualitativos e não quantitativos no intuito de que haja uma composição participativa
281 e comprometida com o trabalho, e que é desnecessário garantir vaga para segmento
282 que já demonstrou que não tem compromisso com o trabalho nesse segmento. A
283 presidente reforçou o comentário da Dra. Adriana, lembrando a todos que a

284 assembleia em questão tem um foco reflexivo. Em seguida a Sra. Rosa informou que
285 o Conselho recebeu no dia 18/06 a visita do secretário de Planejamento e Governo
286 Comunitário da cidade de Suzano, o Sr. Wagner Pinto, disse que veio acompanhado
287 de um assessor, e que veio conhecer a dinâmica do Conselho, e foram recebidos
288 pelas Sras. Rosa e Luciana. A presidente informou sobre o trabalho realizado pelo
289 Conselho do Idoso de Santos ouvindo também sobre as experiências do Conselho de
290 Suzano. No dia seguinte houve o registro da visita à cidade, do prefeito de Suzano. Na
291 opinião da presidente essa visita teve um cunho positivo. Informou que o CMI
292 recebeu também um convite da UNIFESP e disse que informou à Universidade que
293 estaria socializando com os Conselheiros de que a UNIFESP está convidando o
294 Conselho para fazer uma palestra sobre o CMI e sobre os Direitos do Idoso. Informou
295 que foi marcada para o dia 04/10 por ocasião da Comemoração do Dia Internacional
296 do Idoso. A palestra estará voltada aos alunos da UAT, que é a Universidade Aberta
297 da 3ª Idade e irá ser realizada no Campus da Rua Silva Jardim. Disse que por não
298 termos nossa agenda sobre os eventos do Dia do Idoso ainda não havia confirmado,
299 o que foi aceito pelo Grupo. Informou que a palestra será no dia 04/11, a partir das
300 14:00 horas, com duração de uma hora e meia, no Campus da Silva Jardim. Informou
301 que será enviado um e-mail a professora Sra. Yara Aparecida de Paula, Coordenadora
302 da UAT, informando o aceite ao convite. Em seguida, a presidente disse que
303 consultou a Dra. Adriana sobre o voto nominal, onde a Dra. Adriana explicou ser mais
304 adequado proceder com o voto conferido pela lista de presença, onde ao invés de
305 pedir que os presentes levantem as mãos, os representantes sejam chamados pela
306 listagem para se manifestarem, quando então, diante dos demais o conselheiro
307 manifestará a sua escolha, o que evitará contagens erradas e a não computação de
308 votos. Após a presidente informou que o Colegiado deliberou na assembleia passada
309 uma moção de repúdio referente o caso do termo "creche para idosos", usado no
310 programa de televisão Mais Você, da apresentadora Ana Maria Braga, veiculado no
311 dia 16/06/13, da emissora Rede Globo de Televisão. O conselheiro Sr. Paulo
312 Machado lembrou que o votado foi apoio à menção de repúdio feita pela Associação
313 Brasileira de Gerontologia. Procedeu com a leitura da sugestão de ofício. Após, os
314 conselheiros apoiaram o documento com algumas ressalvas, permanecendo a
315 direção do Programa Mais Você. O conselheiro Sr. Edison afirmou não haver esta
316 necessidade de todos assinarem, a conselheira Sra. Eliza sugeriu que o documento
317 fosse enviado para o site da empresa sem assinaturas, por ter sido aprovado em
318 assembleia. O colaborador Sr. Marcos sugere que se envie cópia para a Câmara

319 Municipal. A Dra. Adriana sugeriu que o CMI aproveitasse a oportunidade de quando
320 houver assembleia com número satisfatório de representantes, pudesse ser
321 aprovadas mudanças no regimento, onde o conselheiro fez o respaldo em colocar
322 que da primeira convocação houvesse a obrigatoriedade de haver 50% mais 1 para
323 aprovações e da 2ª chamada com qualquer número para o quórum. **Item 5-** Após a
324 Sra. presidente explicou que o CMI deveria organizar o Cronograma para a utilização
325 do novo espaço da Casa de Participação, de acordo com o Cronograma dos outros
326 Conselhos situados na Casa, explicou que para as reuniões das Câmaras Setoriais e
327 Grupos de Trabalho do CMI serem realizadas, será necessário sempre consultar o
328 cronograma da Casa de Participação, pediu atenção para possíveis alterações das
329 datas das reuniões, que não poderão se agendadas de última hora, sob o risco do
330 CMI ficar sem espaço para se reunir. A seguir a presidenta questionou com a Sra.
331 Luciana se para o dia 17 poderia ser realizada a 1ª reunião de Câmara Setorial de
332 Planejamento, no entanto a Sra. Luciana, informou o uso de salas pelo CMDCA e
333 COMAD para o mesmo dia e horário. A conselheira Sra. Regina sugeriu a
334 possibilidade de haver a junção de duas Câmaras Setoriais, do Planejamento e do
335 Grupo de Violência, por conta de terem um número pequeno de integrantes e para
336 aproveitar o espaço disponibilizado pela Casa. Ficou acordado entre os conselheiros
337 que no dia 18/07 às 14:30 horas haverá a reunião com as Câmaras do Planejamento,
338 Legislação, e Violência, e que no dia 23/07 reunião com o Grupo das ILPI's às 14:00
339 horas. Após a Sra. Rosa perguntou sobre datas disponíveis realização da próxima
340 assembleia que seria em caráter extraordinário, que ficou para o dia 29/07 às 9:00
341 horas na Casa de Participação. A presidente perguntou à Dra. Adriana se já poderia
342 ser votada na AGE a Resolução Normativa de alteração do Regimento. A Dra. Adriana
343 aconselhou que pudessem ser deliberados alguns procedimentos para a construção
344 do novo regimento interno. Colocou-se à disposição para o agendamento de
345 reuniões e esclarecimentos de dúvidas. Os conselheiros Srs. Paulo e Edison e Sras.
346 Rosana e Ivany expressaram a produtividade da reunião. **Item 6-** A Dra. Adriana
347 pediu para que os Conselheiros pensassem no Encontro a ser realizado no final do
348 ano, porque o Gabinete do Prefeito baixou uma Normativa que reza que para
349 realização de Eventos de grande porte, haverá a necessidade de pedido de
350 autorização de 3 meses de antecedência, para que o Governo possa fazer
351 contratações, patrocinar o Coffee Break, contratação de palestrantes, compra de
352 material, ou seja avisou que até setembro todo o expediente esteja pronto para toda
353 a despesa que irá gerar a realização desse Encontro Municipal. Informou que ainda

354 por conta da demora da passagem do CMI para o Gabinete do Prefeito, ainda fique
355 para a SEAS a responsabilidade da organização do evento em tempo hábil para
356 contratações e compras, etc. Em seguida a Dra. Adriana despediu-se da assembleia,
357 por haver outro compromisso, deixando aberto ao CMI os contatos para poder ser
358 consultada sempre que o CMI necessitar, bem como, proceder com agendamentos
359 com ela para consultas. Após o conselheiro falou sobre o assunto das emendas 31 e
360 17, a qual diante das dúvidas sobre procedimentos foi acordado que seria discutido
361 em próxima assembleia. Sem mais nada a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada
362 a reunião e eu, Flávia Valentino, secretariei os trabalhos e assino a presente Ata
363 conjuntamente com a Sra. Rosa Maria Testa. Santos, 16 de julho de 2013.

364 Rosa Maria Testa
365 Presidente

Flávia Valentino
1º Secretária